

# **Antropologia e Educação: uma reflexão sobre o lugar da Antropologia no ensino médio<sup>1</sup>**

George Michael Alves de Lima

UFPB/Brasil

## **Resumo**

Neste trabalho pretendemos refletir sobre o campo educacional, especificamente, as aulas de Sociologia no ensino médio em escolas públicas da rede estadual de ensino. A intenção é pensar a Antropologia enquanto um campo do conhecimento das Ciências Sociais, a contribuição de seus conceitos e categorias na formação dos sujeitos. Tendo em vista que as ciências sociais são estruturadas em três grandes áreas: Sociologia, Antropologia e Ciência Política e que no ensino médio se convencionou chamar de Sociologia, generalizando o campo das Ciências Sociais, nosso argumento é que os conteúdos da Antropologia são ‘minimizados’ ou discutidos de forma ‘estereotipada’. A análise ocorrerá a partir da nossa experiência docente na disciplina de Antropologia da Educação em cursos superiores de Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Piauí – UFPI (2017-2019), de Sociologia no ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso – IFMT (2021-2022), na Escola Estadual Demócrito Gracindo em Mata Grande - Alagoas e no trabalho de campo, no depoimento dos professores que ministram aulas de Sociologia e na sua prática pedagógica, com o objetivo de compreender como esses conceitos podem instruir os estudantes, dando-lhes ferramentas para reflexões que permitam desnaturalizar pré-conceitos e discriminações que são nocivos a vida em sociedade.

**Palavras-chave:** Educação. Antropologia. Ensino médio.

## **Introdução**

A compreensão crítica da realidade social é uma tarefa complexa e necessária, tendo em vista os múltiplos desafios que se impõem na contemporaneidade. O presente artigo pretende contribuir para uma reflexão no campo educacional, especificamente, nas aulas de Sociologia do ensino médio. Para tanto, traz a proposta de pensar a Antropologia, enquanto campo do conhecimento das Ciências Sociais, a contribuição de seus conceitos e categorias na formação dos sujeitos.

As Ciências Sociais são estruturadas a partir de três grandes áreas: Antropologia, Ciência Política e Sociologia, esta última tende a generalizar a área do conhecimento

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

quando se trata de disciplina escolar no ensino médio. A Lei 13.415/2017, que dispõe sobre o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, traz mudanças nos rumos do ensino de Sociologia, e nos interessa verificar de que forma os professores ministram as aulas, no tocante aos conceitos e categorias antropológicas.

A partir de observação direta e de estudos preliminares, percebe-se que os conteúdos da Antropologia são minimizados ou discutidos de forma estereotipada: o dia do índio, o dia da consciência negra, as festas populares, por que isso acontece? Não há tempo na carga horária? Tendo em vista ser um tema, transversal, os professores/as preferem não os incluir no plano de ensino? Se temas como: questões de raça, gênero, identidade, agrupamentos humanos e diversidade cultural são explorados nas aulas, de que forma isso é feito?

O trabalho de campo foi revelador, entrevistamos quatro professores com mais de dez anos de experiência no ensino médio, com diferentes formações e experiências. Também destacamos as dificuldades impostas a pesquisa, como por exemplo o não acesso ao Projeto Político Pedagógico - PPP das escolas, alguns contatos sem retorno e a própria dificuldade de os profissionais “abrirem a caixa preta” das suas práticas pedagógicas e se mostrar para além de números de eficiência, inserção de notas em cadernetas e o cumprimento de carga horária. Em que pese também, o período de pandemia que nos encontrávamos quando da realização da pesquisa de campo.

Nosso objetivo, aqui, é compreender para além de uma aula expositiva dialogada, que aborde temas antropológicos. Mas, a partir da perspectiva dos professores entrevistados e da nossa própria experiência docente, em cursos superiores de licenciatura e bacharelado e também no ensino médio, de que maneira o conteúdo ministrado, as discussões e temas abordados nas aulas, podem instruir os estudantes, dando-lhes ferramentas para reflexões que permitam desnaturalizar pré-conceitos e discriminações que são nocivos a vida em sociedade.

### **Os caminhos percorridos entre a antropologia e a educação**

Vários motivos nos levaram a refletir sobre o lugar ocupado pela Antropologia na escola, especificamente, na rede pública estadual de ensino. A minha formação como antropólogo, pesquisador e também atuando na docência no ensino superior e no ensino

médio, levou-me a pensar na transmissão dos conhecimentos antropológicos nas aulas de Sociologia do ensino médio, e de acordo com TASSARI, 2022:

A preocupação com o ensino da Antropologia tem desafiado seus praticantes a pensarem estratégias para o exercício da docência, sejam os que exercem o ensino nos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), sejam os antropólogos(as) já titulados e que exercem a docência em diferentes contextos culturais, em instituições públicas ou privadas, no Brasil ou em outros países. Isso porque, em qualquer um desses contextos, é preciso (re)pensar a transmissão dos conhecimentos antropológicos também para além de seus espaços tradicionais. Esse não é um desafio recente, já vem de longa data e se confunde com a própria criação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a instituição científica mais longeva do Brasil.

Portanto, ao conversar informalmente com profissionais formados em Ciências Sociais, Sociologia ou mesmo em áreas afins como a História, sobre a atuação no ensino médio e nas aulas de Sociologia a pergunta era inevitável: E a Antropologia, de que forma ela aparece no planejamento das aulas? Daí uma série de questionamentos surgiam e não só da prática docente, mas dos documentos oficiais, como a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, os Parâmetros Curriculares Nacionais, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Projeto Político Pedagógico, ou seja, o que temos oficialmente de orientação sobre o tema abordado e se ele é cumprido nas aulas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio fazem referência ao ensino de Ciências Sociais, o documento diz que:

“Chamamos a atenção para o fato de que, neste documento, ao desenvolvermos textos específicos voltados para os conhecimentos de História, Geografia, Sociologia e Filosofia, habitualmente formalizados em disciplinas escolares, incluímos diversas alusões – explícitas ou não – a outros conhecimentos das Ciências Humanas que consideramos fundamentais para o Ensino Médio. Trata-se de referências a conhecimentos de Antropologia, Política, Direito, Economia e Psicologia. Tais indicações não visam a propor à escola que explicitar denominação e carga horária para esses conteúdos na forma de disciplinas. O objetivo foi afirmar que conhecimentos dessas cinco disciplinas são indispensáveis à formação básica do cidadão, seja no que diz respeito aos principais conceitos e métodos com que operam, seja no que diz respeito a situações concretas do cotidiano social, tais como o pagamento de impostos ou o reconhecimento dos direitos expressos em disposições legais.”

Vê-se a perspectiva da transversalidade dos conhecimentos de outras áreas das Ciências Humanas e atestam a sua importância para a formação dos indivíduos. Já a BNCC, não menciona a Antropologia, tampouco uma perspectiva de transversalidade na prática pedagógica, nos conteúdos ministrados, nos diz que:

“A BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza.”

Importante observar que existe uma expectativa dos conteúdos das aulas de Sociologia para a formação dos jovens, sobretudo, no “poder” transformador deste componente curricular. A LDB consagra o dispositivo legal em seu Art. 36, § 1º, IV:

§ 1º - As disciplinas curriculares, as metodologias e os procedimentos de avaliação devem convergir para que o aluno desenvolva as capacidades necessárias de compreensão dos códigos básicos da moderna produção, revele-se familiarizado com as formas contemporâneas de comunicação e, ainda, possua conhecimentos de Filosofia e Sociologia capazes de o posicionar adequadamente, como cidadão e como intérprete do seu tempo. Não é por acaso que a cada nível de ensino, correspondem conteúdos, metodologias e formas de avaliação. A função da escola consiste precisamente em organizá-los e colocá-los à disposição da aprendizagem sistematizada e do pleno desenvolvimento dos alunos.

#### IV -Ciências Humanas

- Foco e compreensão

A ética da identidade pressupõe o “aprender a ser”. Em decorrência, a ação da escola não se esgota em transmitir conhecimentos. A ideia é que a própria organização escolar e a constituição curricular flexível, cimentada nos princípios estéticos, políticos e éticos, adotem a inteligência de que os conhecimentos de teor histórico-geográfico, socioeconômico, jurídico, psicológico e antropológico constituem insumos fundamentais de interpretação da História Cultural das sociedades e, portanto, instrumentos de sinalização e clarificação dos contornos do pensamento e do conhecimento nas transações e confrontações da atividade humana. Nesse sentido, é fundamental apreender e aprender as formas de construção do “processo histórico de transformação da sociedade e da cultura” (CNE-CEB. Res. 2/2012, art. 12, Inc. I, alínea b).

E quanto ao PPP a que tivemos acesso, apenas em uma das escolas e só para leitura, não há uma referência explícita as Ciências Sociais ou mesmo a Antropologia, os textos usam a denominação Sociologia e no que compete a esse componente curricular, adotam a linguagem da “transversalidade” dos temas abordados nas aulas.

Para além dos documentos legais, também fomos tomados por sentimentos de inquietude que suscitaram reflexões sobre as doses diárias de “veneno” produzidas e distribuídas pelos meios de comunicação de massa a respeito da violência, de casos de racismo, homofobia, misoginia, gordofobia, transfobia, etc. preconceitos e

discriminações de toda ordem e faz-se necessária a reflexão, mesmo parecendo clichê: o que a escola tem feito?

Portanto, a escola, enquanto importante instituição social, tem o dever de problematizar alguns temas, e porque não dizer: resgatar a nossa humanidade, pois conforme preconiza FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, 2005:

Durkheim, na obra *Educação e Sociologia*, focaliza a educação como um fenômeno eminentemente social. Por isso, silenciar a realidade social no meio escolar representa uma nova violência contra o oprimido e uma hipocrisia desagregadora que possibilita a dominação. O verdadeiro processo educativo realiza-se quando a teoria e a prática se encontram. A educação, retomando o pensamento de Durkheim, revela-se como uma coisa social porque o educando é um membro da sociedade, a escola, uma instituição social e, a verdade, que se procura apreender, não pode ser individual, mas algo no qual a comunidade se reconheça. Assim sendo, a ocultação da realidade social manifesta um descompromisso com a justiça e uma fraude contra a esperança.

Também, vale ressaltar que não é nossa intenção apontar a escola como a “redentora do mundo”, que numa aula de Sociologia as mazelas, as chagas sociais pudessem ser resolvidas, mas, apenas reiterar a sua importância enquanto espaço formador e também no papel fundamental dos professores nesse processo de desnaturalização de discriminações e preconceitos.

Ainda assim, destaca-se que o campo da Antropologia da Educação é, digamos, ‘marginal’, sobretudo, no campo educacional de nível médio. Há poucos trabalhos que se debruçam sobre o papel da Antropologia nessa etapa da vida dos estudantes, também problemas epistemológicos que preocupam os pesquisadores do campo educacional, geralmente quando discutimos a dependência da teoria educacional a outros campos do conhecimento, citamos: Filosofia, Sociologia, Psicologia, História, mas, raramente nos estendemos além dessa relação clássica e quase nunca mencionamos a Antropologia. O filósofo e antropólogo Christoph Wulf nos diz que: “[...] todos os que atuam no campo educacional, seja pesquisando ou educando, possuem sempre um saber antropológico que condiciona as suas ações. Os educadores precisam ter uma atitude antropológica para fundamentar seu trabalho.” (WULF, 2005). Portanto, “o saber antropológico tem um papel importante tanto no campo das ciências da educação quanto no domínio da pedagogia prática.” (WULF, 2005).

Nesse sentido, nos juntamos a experiência dos colegas que participaram deste trabalho, concedendo entrevistas e refletindo sobre a nossa formação e a prática pedagógica de cada um de nós, pois:

“A complexidade da relação entre o eu e o outro se refere ao fato de que eu e o outro não se encontram como duas entidades fechadas uma para a outra. Mas, pelo contrário, tem-se que o outro contribui sob diferentes formas na constituição do eu. O outro não está somente fora, mas também no interior do indivíduo que o aborda. O outro interiorizado no eu torna mais difícil a relação com o outro situado fora dele. Essa constelação mostra que não há ponto de vista fechado do lado de cá ou do lado do eu. Em inúmeras expressões do eu, o outro muito frequentemente já está incluído. O que é o outro e a maneira pela qual ele é percebido, contudo, não dependem somente do eu. As interpretações de si que se dão ao outro são também decisivas. Elas não são necessariamente homogêneas, mas concorrem para a formação da imagem que o eu tem do outro.” (WULF, 200, p. 162)

Assim, o trabalho foi construído numa perspectiva dialógica, por muitas mãos, pois as nossas expectativas nos guiam no processo de conhecer, nossa curiosidade, a sede por respostas nos faz observar o mundo, questionar, criticar, pois o que vemos, depende de quem somos e do que procuramos, e esse objeto observado é construído por nós, um processo ativo e seletivo de quem observa.

### **Percursos metodológicos**

O poeta Antônio Machado diz: “Caminhante não há caminho, o caminho é feito ao caminhar”. Este belo verso é uma excelente metáfora para discorrer sobre o método de pesquisa. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que “no trabalho do cientista social não haveria fórmulas, leis, receitas, e sim métodos, no sentido original grego da palavra: via, caminho, rota para se chegar a um fim” (MILLS, 2009, p.13).

Há diversas maneiras de construir o mundo e a ciência é uma delas. Quando problematizamos, construímos uma questão no campo das ciências humanas. Isso tem a ver com a nossa reflexão crítica; refletir criticamente não é “acabar” com as ideologias que somos contrários, pois elas dizem respeito ao modo como justificamos posições, interesses, motivações, pois a ideologia está “intrínseca” às ciências humanas porque faz parte do objeto e da forma como a percebemos e observamos.

Não há uma técnica que possa ser utilizada da mesma maneira em diferentes grupos, é no percurso, ao longo do trabalho, que o pesquisador será tocado pelo objeto de estudo, pois “o campo fala”. Todavia, não excluimos a elaboração de estratégias que auxiliam o processo de investigação.

Conforme preconizam Barros e Lehfeld: “a pesquisa é o esforço dirigido para a aquisição de um determinado conhecimento, que propicia a solução de problemas teóricos, práticos e/ou operativos; mesmo quando situados no contexto do dia-a-dia do homem.” Nesse sentido, o presente estudo utilizou como método de pesquisa mais de um gênero, quais sejam: pesquisa de campo e pesquisa ação.

Neste trabalho, que tem como foco analisar a importância da antropologia, o seu lugar nas aulas de sociologia do ensino médio, o pesquisador está envolvido, de forma cooperativa e participativa, bem como, realizamos a pesquisa de campo com quatro professores que atuam em escolas públicas de ensino médio, quais sejam: duas professoras que atuam na cidade de Caruaru-PE, um professor da rede que atua na região metropolitana do Recife-PE e uma professora da rede do Distrito Federal-DF, conforme quadro abaixo:

<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>TEMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>COMPONENTE CURRICULAR MINISTRADO</b>	<b>Escola</b>	<b>UF</b>
Valéria	Graduação/Licenciatura: Sociologia Mestrado: Ciências Sociais	10 anos	Sociologia Filosofia	Escola Flor de Lís	PE
Valdete	Graduação/Licenciatura: História Especialização: Direitos Humanos	10 anos	História Sociologia Projeto de Vida	Escola Carinho de Mãe	PE
Vinícius	Graduação/Licenciatura: Ciências Sociais Mestrado: Ciências Sociais	11 anos	Sociologia Filosofia Artes	Escola Rosa Vermelha	PE
Vitória	Graduação/Licenciatura: Ciências Sociais Mestrado: Antropologia Doutoranda em Antropologia	11 anos	Sociologia	Escola Jardim dos Jasmins	DF

Inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico em publicações e outras fontes que tratam do tema. A pesquisa de campo se desenvolveu em um mês, devido as distâncias e às imposições da pandemia da Covid-19, foi possível realizar duas entrevistas de forma presencial, com as professoras de Caruaru e os outros dois professores de forma virtual. Destacamos que os nomes dos interlocutores e das escolas são fictícios, para preservar a identidade dos profissionais e o seu local de trabalho.

Faz-se necessário observar algumas dificuldades no contato com os profissionais, dentre as várias escolas contactadas por telefone, apenas duas se prontificaram a fazer a intermediação com os professores de Sociologia, por meio do coordenador pedagógico com o pesquisador. Além disso, só uma instituição educacional permitiu o acesso, apenas para leitura, do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, a outra instituição não permitiu o acesso, justificando que não havia localizado, que o responsável não se encontrava, a própria professora, apesar do pedido, não deu retorno.

Devido ao tempo e como dito, às condições de saúde pública, não foi possível entrevistar outros profissionais das escolas, tais como: gestores, coordenadores pedagógicos e os estudantes, de maneira que escolhemos como opção da análise, nesse momento, o olhar do professor/a sobre o tema e a sua prática docente. Para tanto, foi adotada a entrevista semiestruturada como ferramenta de coleta de dados.

Seguindo as orientações de James Clifford (2008), o trabalho foi orientado pela proposta de uma “polifonia”, perspectiva segundo a qual, as impressões serão elencadas pelos interlocutores e pelo pesquisador em um diálogo constante.

### **As aulas de Sociologia: o que pensam os professores?**

A formação dos professores que participaram da pesquisa, com exceção da graduada em História, é de profissionais das Ciências Sociais, com graduação, especialização, mestrado e uma doutoranda em Antropologia. É importante destacar a formação dos professores, pois a legislação vigente é clara ao afirmar quem são os profissionais habilitados a ministrar aulas de Sociologia no ensino médio, de acordo com a LDB, apenas os profissionais formados em cursos superiores de licenciatura plena podem ocupar essas vagas, conforme preconiza a Lei:

**Art. 62.** A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Lei nº 13.415, de 2017).

Nesse sentido, os graduados nos cursos de bacharelado, mesmo os que fazem a graduação em Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) não estão habilitados, com exceção, dos que fazem a complementação pedagógica. Há parecer do Conselho Nacional de Educação: CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que trata do licenciado em Filosofia, que limita a sua atuação às aulas de Filosofia. Portanto, a mesma



situação, mesmo sendo áreas afins, se aplica aos professores de Geografia e História e aos pedagogos.

Durante o trabalho de campo, foi possível entrevistar duas professoras em seus locais de trabalho, tendo em vista ser uma entrevista semiestruturada e pelo fato do pesquisador ser professor e também atuar o ensino médio, ministrando aulas de Sociologia, por vezes, a conversa fluíu e foi possível perceber a inquietação sobre a formação das mesmas, no sentido de que havia uma implicação direta na atuação profissional. A professora Vitória faz um relato sobre a questão:

Eu acho que a gente não deve ser “trancados”, ensimesmados nas nossas áreas, acredito que as áreas poderiam conversar mais, mas o fato é que não conversam. Então isso traz um problema, porque essas pessoas com essas formações (História, geografia, pedagogia...) são limitadas? por exemplo, a gente faz algumas disciplinas de Psicologia, isso nos permitiria de alguma maneira dar aula de Psicologia? Creio que não. Então, assim...eu acho muito complicado, porque quando a gente faz ciências sociais, imagino que isso sirva para a história e para a geografia, você vai construindo um olhar sociológico...como um olhar histórico, como um olhar geográfico sobre as questões, por mais que você converse com as outras áreas, então eu acho que é muito complicado [...] não quer dizer que essa pessoa não possa reproduzir, estudar e falar de Weber, Marx e Durkheim, mas a construção de como você vai falar disso, como você vai trazer as questões, como vai debater é muito mais amplo que isso, então eu acho que a nossa formação nos permite. Eu acho que a gente tem muitos problemas, creio eu, na nossa formação didática, da prática mesmo didática que isso poderia ser aprofundado e eu acho que isso é um problema de todas as licenciaturas né? Porque os cursos de bacharel esquecem todas as licenciaturas, acho que isso serve para qualquer área, matemática, física, química, história. Bacharel tem valor e a licenciatura cai lá pra baixo né? Eu cansei de ver professor graduado em pedagogia com uma especialização em filosofia ou sociologia dando aula, isso era permitido em alguns estados né? Agora, os alunos mesmo, dão um retorno disso, eles sabem que a aula não é boa, eles entendem que o professor não sabe do que estava falando, eu não vi isso só uma vez não, eu vi várias vezes. Porque tem professor que passa muito tempo dando aula que não é da área, mas ele vai estudar e consegue...com isso eu não quero dizer que nós da sociologia não temos limites, que somos “maravilhosos”, nós temos as nossas questões, mas a formação é fundamental, você consegue fazer um trabalho bom com ferramentas que o seu curso te dá.

Para além da formação, um outro aspecto importante que nos interessa, é saber como as aulas são planejadas, sobretudo nesse momento em que estamos numa fase de transição para a implantação da BNCC e todas as implicações que essa mudança acarreta. A redução da carga horária da área de Ciências Humanas, a perspectiva de trabalho através de linguagens que contemplam de maneira transversal os vários campos do conhecimento, o livro didático, bem como as particularidades de cada região, dos aspectos

socioeconômico e culturais, em que pese também os desafios na educação no Brasil. Nesse sentido, os professores relataram como planejam as aulas, a professora Valéria nos diz que:

É da seguinte forma, o plano de aulas, os conteúdos, as competências, a gente já recebe tudo prontinho do governo, ele já vem tudo formado né, de acordo com o que o governo pretende que a gente trabalhe, então por exemplo o que eu tô dando aqui de Sociologia, todas as escolas do estado de PE, sejam em Recife, seja no sertão, estão dando o mesmo conteúdo, então a gente já segue o conteúdo, habilidades e competências que o governo fornece e a nossa coordenação pedagógica, [...] ela acompanha pelas aulas do dia a dia, até pela própria avaliação, quando a gente prepara a avaliação, ela vê se realmente a gente tá trabalhando as competências e habilidades que recebemos, então eu não escolho a gente quer dar aquilo no primeiro ano, quero dar aquilo no segundo ano, a gente já recebe e tem todo o acompanhamento da coordenação pedagógica e da GERE. [...] a gente inclusive tem um sistema que o nome dele é SIEPE, por exemplo, se a gestora quer saber o que eu tô trabalhando, ela vai lá, entra e vê, porque tá tudo lá no SIEPE, a programação Bimestral, a diária, tudo que eu trabalho em sala de aula, a forma que eu trabalhei, tá tudo nesse programa, então a coordenação pedagógica acompanha, a gestão acompanha e a própria SEDUC tem como me acompanhar aqui em Caruaru, o que é que Valéria, a professora de Sociologia está trabalhando em sala de aula?

Sabemos que existem normas, instrumentos legais, como as Parâmetros Curriculares Nacionais e o próprio Projeto Político Pedagógico que orientam sobre os conteúdos ministrados nos componentes curriculares, no entanto, o professore/a tem liberdade para adequar o currículo ao seu planejamento. Então, quando questionada se concorda com esse formato, de receber “pronto” o plano de aulas, os conteúdos que devem ser ministrados, a professora Valéria nos diz:

Eu acho isso interessante no seguinte, veja, pra que não haja disparidade...imagina um menino no sertão tá aprendendo uma coisa, eu aqui no agreste, ensinando outra, o pessoal da região metropolitana outra... e todos vão fazer uma mesma avaliação (ENEM), então eu acho, realmente legal um currículo comum, pra não ter disparidade. Ah! tú aprendeu isso, ah! tú aprendeu aquilo...então eu acho legal.

No que diz respeito a utilização do livro didático, quando perguntamos se usa outros recursos para além do livro didático, a professora afirma o seguinte:

Sim! Com certeza, a gente faz isso o tempo todo. Eu tive que ir buscar outros textos para ficar mais claro, a aula foi melhor...fui buscar, outros textos, outras leituras, o livro é um texto base. O livro tem um monte de

texto e depois tem um monte de questões de vestibular, ENEM. Porém, há a necessidade de elaborar outras atividades.

Em nossa conversa e no trecho de sua fala, vemos que não há uma preocupação com a adequação dos conteúdos a realidade da escola, ou mesmo de introduzir temas considerados “tabus” ou “polêmicos” que são importantes e devem ter um espaço nas aulas, levando-se em consideração o tempo das aulas semanais de Sociologia, apenas uma aula, e a grande quantidade de assuntos que o componente exige que sejam estudados nos três anos do ensino médio. Então, ela nos informa que temas como racismo, homofobia, misoginia, etc. são trabalhados pontualmente, num projeto chamado “Café filosófico” que é realizado na escola em datas previamente agendadas e tais assuntos são discutidos, através de palestras, atividades as mais diversas com a participação dos professores de Filosofia e Sociologia. Nesse sentido, é possível perceber que categorias e conceitos da Antropologia não sejam explorados nas aulas e fiquem relegados a atividades extraclasses.

O professor que atua na rede estadual de Pernambuco, na região metropolitana de Recife, Vinícius, nos informa como planeja as aulas:

Eu tenho um livro que uso, chamado: Sociologia em Movimento e me oriento pelo conteúdo do PSS – Processo Seletivo Seriado da UPE (Universidade de Pernambuco) para o vestibular que são por ano, 1º, 2º e 3º ano e tem temas interessantes para discutir, como cultura, diversidade sexual e cultural, etc. O que não tem eu vou acrescentando, dentro dos capítulos, de cada tema, eu vou tentando acrescentar informações novas...eu pego os clássicos e vou adaptando as perspectivas teóricas dos autores, como Marx, Durkheim e Weber a realidade do estudante, sua cidade, seu bairro...

A partir do seu comentário, questionamos como faz as escolhas dos temas a serem trabalhados nas aulas, a partir da sua perspectiva de adotar o livro didático e o conteúdo exigido pelo vestibular da Universidade de Pernambuco, levando em consideração a carga horária:

Eu elenco os assuntos do vestibular seriado da UPE, é o que privilegio. E acaba sendo conteúdos que caem no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, e também conteúdos interessantes para a reflexão sociológica...então o que eu preciso pra dar essas aulas tem no livro.

Insistimos na reflexão e questionamos se haveria algum prejuízo para o estudante, de o conteúdo ministrado ser pensado para atender ao que se exige no ENEM e no PSS da UPE, e o comentário feito pelo docente é bem interessante, ele diz que:

Quando você pensa isso e você vai conversar com o pai ou a mãe do aluno e você é professor ou professora e vai dizer que ele tem que estudar pra “ser gente” ou arrumar um emprego, você está deturpando toda a lógica da educação, pois a educação é pra ciência, pra arte, pra reflexão, pra pensar a si mesmo...isso aí, pelo tempo que eu tenho na rede estadual não é o foco, pois a escola vai sofrer avaliações externas em nível federal, os alunos estão preocupados no que vão fazer depois de acabar a escola, os pais estão preocupados que os estudantes tenham uma profissão, os professores querem que o estudante vire “gente” e aí, tem toda essa coisa. E o sentido mesmo da educação que é para o indivíduo se tornar crítico e reflexivo, ele se esvazia a partir de todas essas cobranças, e o ENEM e o vestibular seriado são só partes delas.

Vemos a partir da provocação dada pelo professor que são várias as demandas, então para além da importância de ministrar conteúdos imprescindíveis para a formação dos sujeitos, não se discute a sua importância, mas há nuances que vão além da escolha do professor ou professora, mas sim de uma lógica do sistema educacional, com suas exigências que impõem limites e comprometem a atividade em si, por conseguinte, o espaço que deveria ser ocupado pela Antropologia nas aulas de Sociologia.

Nas nossas conversas, durante as entrevistas, nas observações diretas e na própria experiência enquanto docente, um termo recorrente, sobretudo, agora na implantação da BNCC, é a Transversalidade, ou seja, a proposta de contextualizar conteúdos, religar conceitos e categorias dos diversos campos do conhecimento, nas nossas aulas. Então, surgem questionamentos, reflexões sobre a nossa prática pedagógica, as possibilidades reais na escola, de que isso aconteça. Em nossa entrevista com a professora que atua no Distrito Federal, perguntamos sobre sua opinião no que diz respeito a Transversalidade dos temas abordados, especificamente, nas aulas de Sociologia:

Em tese é transversal, mas na prática ele é muito mais rígido. Se você seguir certas normas, fica uma coisa muito “encaixotadinha”. Eu não sei, talvez eu esteja errada e o tempo vai me mostrar, mas eu acho que a gente não deve ser nem tão conteudista, a ponto de querer que todo mundo decore coisas, datas, leis, etc. e também não acho que a solução seja essa coisa que a BNCC propõe, por exemplo: mata o conteúdo e vou lá criar um projeto de humanas, vou criar temas, aí você escolhe...pensando que tudo isso tem um projeto político por trás né? Então no papel aquilo é vendido como uma maravilha né? Que vai ser trans, inter, pluri...tudo de disciplinar e que vai fluir, que aquilo tudo vai funcionar e que o estudante vai ser um empreendedor. Então pra gente dar aula de Sociologia, eu acho que é um calcanhar de Aquiles danado, aquilo é um horror...porque a gente entende quais são as dimensões ideológicas de um projeto escolar, de um projeto de educação...Pelo menos pra mim, eu vou entrar na sala de aula sabendo o que o governo quer fazer com aqueles meninos e meninas e pra mim

isso me dói muito. Então esse trans, inter...não sei o que, em que sentido? Em que medida? Por exemplo: se eu for trabalhar cultura, você pode trabalhar cultura na matemática, certo, isso é muito bom, muito válido, mas quantos professores de matemática vão trabalhar com a etnomatemática? Quantas pessoas da área de biologia estão abertas para o conhecimento tradicional, né? Olha vamos dar uma olhada no que as populações tradicionais fazem sobre isso e sobre aquilo? No esporte, pra pensar questões da cultura com o esporte que é uma área muito vasta pra trabalhar, mas tá lá no nível superior, nos mestrados e doutorados da vida, mas não chega na escola. Então assim, isso tá fora da nossa alçada, no final das contas todo mundo fica se empoleirando na sua área, que você tem o mínimo de segurança. Nós não somos formados para ter interdisciplinaridade, nós não somos formados pra dialogar com os outros profissionais. Funciona assim: pega texto de geografia, pega texto de história, isoladamente, mas a gente não forma ciências humanas, então pra mim é um ouro de tolo total, deixa eu vender isso aqui, muito bonito mas e na prática, como você faz com milhões de professores país a fora? Que tem tal formação, com as questões de tempo, de didática...como e que você vai transformar isso? Eu acho que é uma falta de noção total de quem cria determinadas políticas, do chão de sala, sabe?

Percebemos na fala da professora a crítica ao chamado novo ensino médio e a BNCC, uma crítica fundamentada pela sua formação e pela experiência como docente do ensino médio. Há um distanciamento das políticas educacionais com o que é possível fazer na prática, como disse: “do chão da sala”, e nesse sentido, se esvai o esforço do professor/a em trazer discussões importantes, que vão para além da carreira profissional, de uma ideia de “empreendedor”, mas para a vida.

Nas entrevistas não poderia faltar o questionamento sobre o posicionamento dos professores/as sobre a importância dos conceitos e categorias antropológicos nas aulas, vejamos o que os interlocutores trouxeram de reflexão. O professor Vinícius nos diz que:

A antropologia pode contribuir como todas as outras disciplinas contribuem para os estudantes ampliarem a sua visão de mundo. É diferente eu chegar em sala e fazer um debate que envolva a questão do racismo, ou falar de como as manifestações artísticas são importantes, etc. a partir de um viés antropológico e isso é diferente de como as outras ciências abordam, a história, a geografia...são análises diferentes, perspectivas metodológicas diferentes, olhares diferentes...sobre todos os assuntos que envolvem preconceito, diferente da história e da geografia, quem dirá das outras disciplinas de exatas...até quem ensina literatura pode se esforçar, mas a antropologia é específica para pensar a cultura, a relação entre os indivíduos, como eles constroem a sua cultura sem nem perceber que estão envolvidos por isso...e aí a gente coloca as coisas que a gente pode produzir que são boas ou que são nocivas para uma parcela das pessoas...então a ciência que por excelência pega isso e fica esmiuçando é a antropologia. Porque uma coisa é você pegar um livro de Lima Barreto numa aula de literatura e

dizer que ele teve problemas com o racismo, outra coisa é numa aula de antropologia você mostrar que a população negra foi excluída do processo de construção do Brasil...assim, assim e assim...você tem os marcos históricos...a gente estava falando de gênero né, da identidade de gênero em benefício dos homens e em detrimento das mulheres...você tentar entender o que é homem e mulher numa sociedade é uma reflexão antropológica, sociológica, filosófica...o mesmo debate para a população LGBTQIA+...você ir esmiuçando isso e entender a diversidade do ser humano, sempre foi assim...isso não surgiu do nada...e essa preocupação é interesse da antropologia, aliás, das ciências sociais.

Em sua reflexão, o professor atesta a importância do campo do conhecimento das Ciências Sociais e da abordagem própria da Antropologia e como isso faria diferença para a aprendizagem dos estudantes. Assim como afirma a professora Vitória:

Ela teria tudo, eu acho que a antropologia nesse período seria muito rica, muito rica como instrumental sabe? Pra pensar e eu não acho só na formação dos discentes, mas até mesmo pequenos cursos, atualização, extensão para os próprios professores, porque tem questões urgentes de homofobia, racismo dentro da escola...questões de identidade, até mesmo se a gente for trazer outras questões, por exemplo da própria inclusão...alunos quando tem alguma necessidade especial, cadeirante, autista...como é que a escola trabalha isso? Como é que os professores trabalham isso, de verdade? Não é só na lei, então eu penso que a antropologia poderia ser largamente utilizada nesses diálogos, nesses cursos, mas eu acho assim... por exemplo, aqui no DF a gente tem a EAP – Escola de formação dos professores que tem cursos todo semestre, só que é opcional, os cursos são opcionais...aí o professor de física jamais vai fazer um curso de diversidade sexual, não vai...vai tá lá um professor das séries iniciais, um professor de português, vai tá o professor de Sociologia, de inglês. Acabou! Não vai ter ninguém das exatas, entende? Então, assim, esse tipo de reciclagem todo mundo precisava ter e claro que a Antropologia poderia oferecer isso, sabe?

Interessante a observação para a formação dos professores, que eles precisam de atividades formativas, de discutir essas questões que são impostas no trabalho docente e que estão para além da Lei, da obrigatoriedade, e que deve ser uma preocupação de todos os docentes e de todas as áreas, não apenas os profissionais das Ciências Humanas e Aplicadas.

É importante, sem dúvida. Agora sou eu que lhe pergunto: da forma que eu conceituei, tá certo? (risos) Então, nós estamos falando de preconceito, vamos falar de racismo, de pessoas negras...porque o que eu acho interessante é assim, porque a gente como professor da rede,

nós temos várias formações pra trabalhar essa questão do preconceito racial, do preconceito de gênero...que aí vai mudando, a gente nem sabe mais se é esse termo que usa, assim...a gente tem que trabalhar isso na sala, tem que trabalhar isso escola, só que eu não concordo em fazer isso do ponto de vista da pessoa que sofre esse tipo de preconceito, eu sou sensível àquela pessoa que é negra e que passa por esse tipo de preconceito, né? Esse tipo de situação, mas eu não vivencio isso na minha pele, entende? Eu nunca vivenciei...eu já tive outros, já vivenciei outras situações de discriminação, não pela cor da minha pele, mas pela minha condição social, então assim, justamente eu consigo sentir mais...como é difícil, porque eu já vivenciei, agora em termos de cor de pele eu não consigo trabalhar desse jeito, sentindo as mesmas dores, porque eu nunca vivenciei e nem irei, mas aí...a partir do momento em que você adentra esse universo dessas pessoas, se aproxima delas, sabe? No dia a dia...obvio que a gente tem mais argumentos pra fazer esse trabalho, para fazer essa discussão, entende? Mas quem são essas pessoas? Meus alunos são, então assim... e agora tem que ter muito cuidado cara, não é uma coisa fácil de fazer, você tem uma sala de 30 alunos, onde você tem negros, pobres como eu e a gente falar sobre isso, entende? E discutir sobre isso...aí eu penso que é isso que a Antropologia faz, né? Então a gente acaba vivenciando essa ação antropológica, dentro da própria sala, a partir do olhar que você tem e adentrando no espaço do outro, agora a partir dessa discussão, que é uma discussão que ela é teórica, né? Porque eu vou ouvir o meu aluno, ele vai me contar algumas situações, se for possível...porque tem alguns que nem conseguem, mas eu acho que...quando você diz, a importância, sim! Porque a gente acaba fazendo isso, agora eu não consigo ir lá na casa em que ele mora e na rua onde ele passou e sofreu aquela discriminação né? De certa forma...a gente pode trabalhar os conceitos, racismo estrutural, sabe? Aquela coisa, mas...esse lugar é dele, eu não consigo chegar no lugar dele, eu consigo ser sensível, a partir das minhas experiências, entende? Eu consigo compreender, entender, discutir, mas eu não consigo, exatamente...é igual as pessoas que tem a questão da sexualidade, que pra gente é muito difícil, a gente tem uma concepção diferente e a gente desconstrói isso pra entender a construção do outro, porque nós professores somos seres humanos, nós somos forjados nessa sociedade que ela é...

A professora Valdete, que é a única que não possui formação na área específica, que é graduada em História e para completar a carga horária, é uma prática comum, precisa ministrar aulas de Sociologia, mostra-se um pouco confusa nos conceitos, no entendimento mesmo da Antropologia, e sua fala é reveladora da dificuldade e da necessidade de “desconstrução” de si mesmo, para compreender o Outro e se despir de certos preconceitos e discriminações. Especificamente, atuando como professores, numa aula de Sociologia.

Já a professora Valéria, defende inclusive a inclusão no currículo de um componente curricular específico, de Antropologia. Em sua reflexão vemos que ela aponta para uma interdisciplinaridade, e que os conceitos e categorias antropológicos deveriam estar nas discussões de outros componentes curriculares. Conforme afirma:

De certeza! A antropologia é uma área do conhecimento que vai estar dentro da sociologia, dentro da história, na geografia...ela vai estar

presente e várias disciplinas e conteúdo que são trabalhados aqui, a gente não tem, tipo... a gente não tem uma disciplina de antropologia no ensino médio, que deveria ter, mas as disciplinas de humanas elas tem que trabalhar com a antropologia.

Ao analisar os comentários feitos pelos professores/as, é indiscutível que a perspectiva é uma só: a Antropologia, enquanto campo do conhecimento das Ciências Sociais, deve estar presente nas aulas, no planejamento pedagógico dos professores. Mas, também podemos observar nas falas, algumas incoerências que são reveladoras de que na prática, isso não acontece sempre, e por diversos fatores.

### **Considerações Finais**

Ao longo deste trabalho, tentamos mostrar o lugar ocupado pela Antropologia no ensino médio, nas aulas do componente curricular de Sociologia. Para tanto, trouxemos as perspectivas de profissionais que tem formação e/ou ministram aulas na rede estadual de ensino. A incursão no trabalho de campo foi reveladora de muitas inquietações que foram objeto deste estudo.

Assim, recorreremos aos relatos dos educadores que estão “no chão da sala de aula” para compor os dados ora apresentados. E mesmo considerando as limitações impostas à pesquisa, por não haver outros sujeitos que estão inseridos na escola e que poderiam contribuir com a reflexão proposta, atestamos não haver prejuízos, pois esse é apenas o início de um trabalho mais denso a ser desenvolvido.

Dentre os depoimentos coletados e na nossa própria experiência, destacamos a importância de trazer conceitos e categorias antropológicas nas aulas, bem como, a interdisciplinaridade, discursos recorrentes nas falas dos interlocutores. Por isso, diante dos dados coletados, somos levados a crer que os docentes é que devem elaborar os seus planejamentos, semestrais ou bimestrais, pensando na inclusão de temas que são próprios da Antropologia e fazer um esforço para dialogar com outros professores da escola e juntos trabalharem para que atitudes discriminatórias e preconceituosas sejam dirimidas e que a escola contribua para a formação de sujeitos que anseiem por uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.



O estudo serviu também para evidenciar problemas de ordem didática e de prática pedagógica por parte dos docentes. Pudemos constatar algumas posturas adotadas pelas escolas, como a não divulgação dos Projetos Políticos Pedagógicos e em alguns casos dificultar o contato com o professor do componente curricular de Sociologia. Nesse sentido, tais posturas podem servir como base para uma reflexão sobre o fazer pesquisa nas escolas e as implicações que isso pode acarretar.

A intenção deste trabalho, reservados seus devidos limites, é, portanto, de contribuir, numa reflexão inicial, para o conjunto da literatura que trata do tema e para fornecer subsídios para o debate teórico em antropologia e educação. De acordo com as ideias formuladas por Angel Espina-Barrio (2005): “As definições precisas empobrecem a realidade e de algum modo a desumanizam”. Este ensaio é um trabalho inconclusivo. Os dados aqui compilados irão se somar às pesquisas já existentes. Portanto, fazemos apenas algumas considerações com o intuito de abrir possibilidades para outras análises e outras interpretações sobre o lugar que a antropologia ocupa no ensino médio.

## Referências:

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia**. Parecer CNE/CES 492/2001, homologação publicada no DOU 09/7/2001, Seção 1e, p. 50.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BERGER, Peter.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BODART, Cristiano das Neves (org.). **Conceitos e Categorias fundamentais do ensino de Antropologia**. 1ª ed. Maceió, AL: Editora Café com Sociologia, 2021.

BONFIM, Maria do Carmo Alves *et al.* **Gênero & Diversidade na escola**. Teresina: EDUFPI, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site\\_110518.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf). Acesso em: 19 jul. 2021.

BRUM, Ceres Karam. **Aprendizados: uma reflexão sobre os lugares da Antropologia da Educação na formação de cientistas sociais**. Ilha – Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 24, n. 1, e80341, p. 95-116, janeiro de 2022.

CANDAU, Vera Maria. (org.). Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. *In: Didática crítica intercultural: aproximações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

DEMO, Pedro. **Éticas multiculturais: sobre convivência humana possível**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ESCALONA, Sara López. **Antropologia e Educação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Leopoldo Jesús. **Cadernos de Antropologia da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes: 2005.

FERREIRA, Fátima Ivone de Oliveira; LIMA, Rogério Mendes de. (Re) Descobrimo a alteridade: reflexões sobre o ensino de Antropologia em turmas de Educação Básica.

**Revista Café com Sociologia**, v.4, n. 2, mai. – jul. 2015. Dossiê: Ensino de Antropologia. Disponível em: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/520>. Acesso em: 21 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 62.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 20.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira.; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 3.<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GOMES, Ana Beatriz Sousa.; FERNANDES, Gildásio Guedes.; OLIVEIRA, Cleidinalva Maria Barbosa. **Educação para as relações étnico-raciais**. Teresina: EDUFPI, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3.<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

MORAES, Amaury Cesar; BODART, Cristiano das Neves. **Habilitação de professores de Sociologia do Ensino Básico: notas sobre equívocos**. Site da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. Out. 2017.

OLIVEIRA, Amurabi; BRUM, Ceres Karan. Apresentação: Ensino de Antropologia no Brasil. **Revista Café com Sociologia**. Vol. 4, n. 2, mai. – jul. 2015. Dossiê: Ensino de Antropologia. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/issue/view/12>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ROCHA, Gilmar.; TOSTA, Sandra Pereira. **Antropologia & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, E. A.; BARBOSA, R. B.; CUNHA, L. A. As ciências sociais e o desafio da antropologia na prática docente na educação básica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1493-1508, jun. 2021. e-ISSN: 1982-5587.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Alienígenas em sala de aula**. Petrópolis, RJ: Voes, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TASSINARI, Antonella; SARTORI, Ari José; VIEGAS, Susana Matos. **Apresentação**

Dossiê: Ensino da Antropologia em Contextos Interdisciplinares e Interculturais: formação, experiências e desafios. *Ilha – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 24, n. 1, e84156, p. 7-12, janeiro de 2022.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atual, 2007.

WULF, Christoph. **Antropologia da educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29.<sup>a</sup> ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.